

PASSADOR, C.S.; NALLE, C.J. Uma Proposta de Desenvolvimento: capital humano, capital social, territorialidade, cidadania e sustentabilidade. IN: PASSADOR, C. S.; Passador, J. L. (org.). **Gestão Pública e Desenvolvimento no século XXI: casos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba**. São Paulo, Annablume, 2008.

Introdução

Quando se fala em estimular o desenvolvimento de um país ou região, muitos, imediatamente, apontam para o aspecto econômico, pois entendem que sua busca consiste em estratégias que tornem tal região competitiva economicamente frente ao mundo globalizado e capaz de produzir e comercializar produtos de alta tecnologia e valor agregado. Sob este ângulo, os agentes limitam a promoção do desenvolvimento a questões de política econômica e tributária (MARTINELLI; WOLFE, 2000).

Este pensamento, focado no desenvolvimento econômico, no qual deveria fazer o “bolo crescer para depois reparti-lo” foi rejeitado pela experiência das duas últimas décadas do século XX. O início do século XXI passou a evidenciar que o mais importante não é o tamanho do crescimento econômico, mas a qualidade deste à medida que proporciona o aumento do bem-estar e da qualidade de vida das pessoas (GRACIARENA, 2000).

Com uma visão muito simplista, media-se o progresso e a qualidade de vida apenas com base na renda *per capita* e na taxa de emprego. Sabe-se que o conceito de desenvolvimento deve ser abrangente, como Heady (1970) já apontava na década de 1970, o desenvolvimento, geralmente, ocorre quando um índice daquilo que se considera desejável e relativamente preferível tem seu valor aumentado.

Assim como Heady, Faoro (1992) também demonstra ainda a confusão existente entre os conceitos de desenvolvimento e modernização. Enquanto o primeiro envolve complexas mudanças sociais, econômicas e políticas, o segundo diz respeito a mudanças complementares nas características demográficas, culturais, econômicas, políticas e de comunicações de uma sociedade (HEADY, 1970; FAORO, 1992).

Ou seja, a questão do desenvolvimento não deve se limitar a poucas variáveis. Tal limitação no pensamento, ao restringir o crescimento à melhoria de indicadores econômicos, ignora outros aspectos mais importantes, como o desenvolvimento do ser humano, sua integridade e condições de vida.

Isto coloca, então, o homem no centro da questão desenvolvimento, portanto, o crescimento que se deseja é o do homem e do meio no qual ele vive: a sociedade. Então, se o desenvolvimento do homem e da sociedade estão no centro da questão e constituem-se em objetivo do tema, seria possível concluir que os demais fatores relacionados não fazem parte dos objetivos, mas seriam condições necessárias para que os objetivos possam ser alcançados.

Dessa forma, este ensaio, tem como objetivo apresentar uma visão do desenvolvimento, fundamentada em conceitos como capital humano e capital social, acredita-se que a existência e a qualidade das relações sociais têm influência no desencadeamento do processo de desenvolvimento.

Além da importância do capital humano e social, esta nova visão também inclui a abordagem dos conceitos de localidade e de sustentabilidade, que devem ser analisados em uma amplitude maior que o mero âmbito ambiental.

Evolução das Políticas de Desenvolvimento no Brasil

De maneira não diferente da evolução do pensamento sobre o desenvolvimento no restante do planeta, no Brasil, desde os primórdios, os modelos propostos residiam na argumentação de que o crescimento econômico, ao distribuir diretamente a renda entre os proprietários dos fatores de produção, conduziria, de maneira automática e natural, à melhoria das condições de vida da população em geral e, por conseguinte, ao desenvolvimento econômico.

Durante o período imperial não encontramos referência alguma à questão do desenvolvimento no seu contexto mais amplo de crescimento do indivíduo enquanto parte de uma sociedade. A economia nacional era baseada no modelo escravocrata e a discussão maior neste período centrava-se no conceito de liberdade. Desde o final do século XIX, com a abolição da escravatura e a proclamação da República, até os primeiros anos do século XX, o país ocupava-se com as dificuldades causadas pelas transformações estruturais que estavam ocorrendo e o Estado ainda tentava adaptar, suas instituições a esta nova realidade. Nesta, destacam-se a repentina propagação do trabalho assalariado, o grande contingente de imigrantes que chegavam ao país e a cobrança por um reordenamento político que se fazia necessário (ABREU *et al*, 1990).

Na primeira fase da República, a busca pelos interesses das oligarquias agrícolas que dominavam o cenário político com a alternância de paulistas e mineiros na Presidência da República (República do Café com Leite), conseguiu até o final da década de 1920 somente

um conjunto de crises políticas que não produziram as mudanças que se faziam necessárias (ABREU *et al*, 1990).

A década de 1930 encontra um país abalado econômica e politicamente. O cenário econômico era marcado pela recessão mundial representada pela queda da Bolsa de Nova Iorque em 1929. A representação comum do período no Brasil é a da literal ‘queima’ pelo governo de milhões de sacas de café na tentativa de elevar os preços do produto no mercado internacional. Politicamente, assistimos à revolução de 1930 que leva Getúlio Vargas ao poder seguida da Revolução Constitucionalista de 1932 (GALVÃO, 1999).

Apesar de já se fazer notar desde o início do século XX, as distorções do capitalismo e os problemas decorrentes aumentaram significativamente pós 1929 com a recessão econômica. A preocupação com justiça e estabilidade social ganha força, levando à ideologia do bem-estar. Apesar de relatado anteriormente por Knut Wicksell e Stuart Mill como questão de ação do Estado, o problema da justiça social não foi colocado imediatamente na agenda política. Em 1925, Keynes expôs a ideologia que daria origem ao conceito de *Welfare State* defendendo a necessidade de encontrar novas políticas e instrumentos capazes de adaptar e controlar a ação das forças econômicas, ressaltando os aspectos de estabilidade e justiça social (MILGATE, 1992; AMADEO, 1992; CHICK, 1993).

No Brasil Getúlio Vargas introduz várias modernizações, dentre elas, inclui a questão do desenvolvimento na agenda do Estado (ABREU *et al*, 1990). As reformas de Vargas tinham por objetivo buscar maior eficiência do governo. Todavia, sua política seguiu o caminho impositivo da ditadura, centralizando todas as decisões, inclusive, sobre desenvolvimento. Dessa forma, tudo o que se relacionasse com políticas de desenvolvimento, necessariamente, originava-se da vontade do Poder Executivo Federal, concentrador das atividades econômicas através da criação de grandes empresas públicas (MARCELINO, 1998).

O governo, dessa forma, orientava as ações de desenvolvimento econômico e coordenava a distribuição de seus benefícios à população. Adota-se um modelo de Estado de bem-estar social, o *Welfare State*, através do aparelhamento da máquina estatal com o objetivo de executar medidas promotoras de bem-estar à população. Entretanto, o modelo implantado caracterizava-se pela ausência de tradição participativa, má focalização dos objetivos, mau planejamento de gastos e baixa efetividade social, tendendo a proteger determinadas categorias sociais com maior poder de organização, excluindo outras, que não possuíam tanta força política (DRAIBE, 1997).

Além de não investir em cidadania, para a crítica de que Vargas utilizara o modelo de *Welfare State* como forma de controlar a população e os conflitos sociais que se faziam sentir, tanto que a distribuição dos benefícios ocorria, predominantemente, nas grandes áreas urbanizadas, regiões onde, teoricamente, a ocorrência de conflitos é maior, e maior a possibilidade de uma grande articulação popular (SANTOS, 1987).

Até a década de 1940, portanto, o crescimento do país esteve atrelado ao crescimento das exportações de produtos primários e à formação da indústria de bens de consumo, em especial, na região sudeste do país.

Na década de 1950, simultaneamente com a proposição das Nações Unidas para a década do desenvolvimento, surge o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubistschek, consolidando-se no final dos anos 1960 com o modelo de administração para o desenvolvimento (BIELSCHOWSKY, 2000; MARCELINO, 1998).

Sob o prisma meramente econômico, a visão da época para desenvolvimento consistia, basicamente, no aumento do fluxo de renda real, caracterizado pelo incremento na quantidade de bens e serviços à disposição da coletividade, que se daria pelo aumento do PIB (FURTADO, 1961).

Como forma de aumentar substancialmente o PIB do país, o modelo economicista do desenvolvimento incentivou a urbanização e valorizou as atividades industriais. Daí, termos hoje a comum associação entre desenvolvimento e industrialização, a crença na industrialização como indispensável para se obter melhores níveis de crescimento e de qualidade de vida.

Na América Latina e no Brasil, durante as décadas que se seguiram, as políticas de desenvolvimento enfatizavam a necessidade de promover o crescimento do produto e da renda por meio da acumulação de capital e da industrialização, baseada na estratégia de substituição de importações. Essa estratégia visava produzir internamente o que antes era importado (OLIVEIRA, 2002).

Neste período, o desenvolvimento dependia das decisões e orientação do governo central, adotando políticas para o país como um todo. Tal característica levou ao estabelecimento de relações bastante verticalizadas, predominante nos modelos de desenvolvimento até os anos 1990 (BROSE, 2000; FISCHER, 2002).

Ao mesmo tempo, os países centrais, em “cooperação” com os países em desenvolvimento, promoveram a intensificação da produção agrícola, fortalecendo a agricultura empresarial de exportação e enfraquecendo a agricultura familiar (produtora de

produtos para o mercado interno), fortalecendo e perpetuando os laços de dependência entre os países centrais e os subdesenvolvidos (OLIVEIRA, 2002).

A partir de 1967, há ampliação da intervenção do Estado na vida econômica e social, caracterizando-se pela defesa da industrialização planejada, o desenvolvimento do setor privado e a acumulação de capital privado através de financiamento público, protecionismo da indústria nacional, relegando, novamente, o desenvolvimento humano e social a um segundo plano, com o foco do desenvolvimento centrado nos indicadores macroeconômicos (HEADY, 1970).

Nesse período, o Brasil apresentou as maiores taxas de crescimento econômico de sua história, entretanto, infelizmente, esse crescimento não foi uniforme, aumentando ainda mais as distorções e diferenças sociais da população (MARTINS, 1985).

Até os anos 70, os países da América Latina utilizavam paralelamente aos planos de desenvolvimento, estruturas básicas de *Welfare State*, que acabaram não produzindo o efeito desejado (o bem-estar geral) ao proteger determinadas categorias sociais com maior poder de organização e força política, excluindo outras, mais necessitadas (DRAIBE, 1997).

Ainda na década de 1970, ganha força na abordagem do desenvolvimento a necessidade de integração dos fatores econômicos e sociais; a UNESCO introduz o conceito de desenvolvimento integrado.

A partir do final da década, com os choques do petróleo e a elevação mundial dos juros, a economia desacelera e o modelo de crescimento econômico, sustentado por financiamentos externos, entra em colapso. Os governos do período concentram esforços em planos econômicos para conter a crescente inflação. Tanto no Brasil como no restante do mundo, os governos são pressionados a reduzir o tamanho do Estado e seus gastos, ocasionando um enfraquecimento dos modelos de *Welfare State*, além de praticamente paralisarem as iniciativas estatais de desenvolvimento.

Nesta época, o nível de emprego cai, aumenta a precariedade e a informalização do trabalho, as necessidades da população crescem, enquanto a capacidade de ação social e de financiamento do Estado diminui drasticamente. A aceleração da globalização pressiona o Estado para a modernização. A crise dos modelos de *Welfare State* expõe a fragilidade da sociedade com enormes níveis de desigualdade e exclusão social; indicando a urgente necessidade de uma nova concepção de desenvolvimento que privilegie os aspectos humanos e sociais (DUPAS, 1998, 2001).

Ainda na década de 1980, os governos, na tentativa de conter as conseqüências negativas das políticas anteriormente adotadas, optam por adotar e realizar reformas sociais

que ganham destaque devido à necessidade de reorientação dos gastos sociais para atender o empobrecimento da população. Entretanto, por se caracterizarem apenas como programas assistencialistas, o que se viu foi a deterioração e o colapso dos mesmos com o passar do tempo. Em outras palavras, o retrocesso político em vários países e os crescentes conflitos sociais, em todo o mundo, causados principalmente, pelo aumento do número de excluídos social e economicamente, e pela incapacidade do Estado atuar na efetiva proteção dos interesses da sociedade (OLIVEIRA, 2002).

Dessa forma, o Estado admite a sua incapacidade de gerenciamento e de executor e, na tentativa de encontrar soluções alternativas mais adequadas ao contexto de um novo padrão de desenvolvimento, vê que a sua função é orientar e garantir o bom uso dos recursos humanos e materiais disponíveis (BRESSER PEREIRA, 1998).

Porém, somente no início do século XXI, o conceito tradicional de desenvolvimento começa a dar lugar ao conceito de desenvolvimento local integrado. Com o crescimento dos movimentos populares de defesa da cidadania, ética e nas políticas contra a fome e a miséria, entra na discussão a importância da participação da sociedade civil na busca pelo desenvolvimento através da interlocução entre a sociedade, a administração pública e o setor privado que juntos buscam ações locais que tenham como prioridade a atenção aos excluídos (JACOBI, 2000; ZAPATA, 2001). Dessa forma, o Estado assume um novo papel e função, o de regular e estabelecer regras estáveis, transformando-se no grande orquestrador de diferentes atores sociais (SARAVIA, 2004).

Apesar disso, a controvérsia entre os conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento ainda não é bem clara. Conceitos como progresso, crescimento, industrialização, transformação, modernização, são usados freqüentemente como sinônimos de desenvolvimento.

Tais características podem facilmente observadas no quadro referencial proposto por Nalle Jr. (2006), que resume as principais características do modelo economicista de desenvolvimento, utilizado até então em nossa história republicana.

Quadro 1 - Quadro Referencial – Desenvolvimento Economicista

Características das Políticas de Desenvolvimento no Brasil no século XX	
Aspecto	Característica
Liderança do processo	A liderança dos processos de desenvolvimento sempre foi ocupada pelas elites, reproduzindo e imprimindo nos programas a distância entre a realidade dos governantes e a realidade dos governados.
Cidadania	Inexistência da ampla noção de cidadania, envolvendo a participação dos indivíduos nos destinos da sociedade. Idéia de participação e cidadania restringe-se ao direito ao voto, utilizado na escolha dos representantes políticos.
Investimentos Públicos	Investimentos em infra-estrutura para o processo de industrialização e exportação. Combustíveis (petróleo), energia, estradas, portos, comunicações.
Educação	Restrita à capacitação profissional estruturada de acordo com os interesses da iniciativa privada em termos de qualidade de mão de obra.
Social	Ações de curto prazo, utilizadas mais como forma de controle das massas e fonte de interesses eleitoreiros e populistas.
Atividades incentivadas	Grande incentivo à industrialização. Atividades agrícolas beneficiadas restringem-se à agricultura empresarial de exportação de produtos com baixo valor agregado (<i>commodities</i>). A industrialização favoreceu o surgimento das regiões metropolitanas e do grande êxodo rural na segunda metade do século XX.
Participação da sociedade	Elevado grau de dependência da população junto ao setor político para alcançar a satisfação das necessidades individuais, caracterizada pelo clientelismo.

Fonte: (NALLE JR, 2006).

Novas concepções de desenvolvimento

Com a crise dos modelos *Welfare State* e a incapacidade dos governos em promover o bem estar a toda a população, ou, pelo menos, minimizar os efeitos negativos do liberalismo econômico, os governos mantêm somente algumas políticas assistencialistas de caráter emergencial e começam a buscar estratégias de combate à exclusão social focadas nos pequenos empreendimentos que se formam à margem do mercado globalizado, fomentando a economia popular (MOURA *et al*, 2002).

O combate à exclusão social, portanto, é o combate à pobreza, já que a incapacidade de as pessoas satisfazerem suas necessidades básicas com renda própria afastá-las-ia de vários

benefícios e colocariam indivíduos na condição de dependência do Estado para conseguir sobreviver (DUPAS, 1998; SANTOS, 2000).

Na década de 1990, as Nações Unidas, através do seu PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – estabelece o conceito de desenvolvimento humano, baseando-se nos estudos do economista indiano Amartya Sen (PNUD, 2006).

Convém destacar a grande contribuição de Amartya Sen (2000) para evolução do pensamento sobre desenvolvimento. Apesar das limitações do índice que ajudou a criar em colaboração a Mahub ul Haq (o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano); o economista indiano, ganhador do prêmio Nobel de Economia em 1998, teve grande sucesso pelo fato de introduzir uma medida de desenvolvimento que também incorpora a questão humana. Seu principal mérito foi apontar que pobreza não deve ser medida unicamente pelo nível de renda da população, mas através de outros indicadores de qualidade de vida, como nível de escolaridade e saúde. A obra de Sen enfatiza a relação entre pobreza e precariedade de acesso da população aos bens e serviços essenciais para a qualidade de vida. Sua preocupação com a pobreza e a desigualdade orientou profundamente sua obra. À medida que conduzia seus estudos, a precariedade dos instrumentos disponíveis o motivava a produzir e refinar muitas ferramentas analíticas, o que permitiu uma nova visão da realidade. (ABRAMOVAY *et al*, 2003; BODSTEIN e ZANCAN, 2002; HOLANDA *et al*, 2003; KERSTENETZKY, 2000; PNUD, 2006)

Nos anos que seguiram, foram introduzidos temas, como meio ambiente, sustentabilidade, sociedade e cidadania nas discussões sobre desenvolvimento humano. O argumento econômico cede espaço ao argumento humano e social, como se observa no primeiro relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil, publicado em 1996, onde foi destacada a exploração dos recursos naturais, a conquista da cidadania, o acesso à Justiça a transição demográfica e suas implicações nas áreas de educação, saúde e meio ambiente (BROSE, 2000).

Além disso, crescem em número e volume os movimentos populares de defesa da cidadania, que levam a uma época marcada pela esperança de uma efetiva aproximação e interlocução dos atores da sociedade, do Estado e do setor privado na busca conjunta de ações que tenham como fim o bem estar da população. Dessa forma, o estímulo às mudanças no comportamento dos agentes sociais, que interagem entre si em termos de competição e colaboração, é uma necessidade que temos para barrar a reprodução da desigualdade e da pobreza (ANDION, 2003; CASTILHOS, 2002; FRANCO, 2002; RODRIGUES, 2005).

O resultado conjunto de todas essas mudanças construiu o alicerce sobre o qual se edificam o conceito e as práticas de desenvolvimento local. O desenvolvimento necessário envolve mudanças no estado atual das coisas. É necessário que haja mudanças nos indivíduos e nas relações entre os componentes da sociedade. Portanto, se não houver mudança social, não há desenvolvimento (FLEURY, 2004; FISCHER, 2002; FRANCO, 2002).

Apesar dessa esperança, nota-se no modelo de democracia atual um rompimento com os princípios da democracia clássica, pois o atual valoriza os procedimentos e aspectos formais, deixando em segundo plano o bem comum, a igualdade e a participação ativa dos cidadãos nas decisões e escolhas que nortearão suas vidas. O sistema representativo atual permite apenas que se conceda, através do voto, procuração a alguns indivíduos para que estes tomem decisões que sejam consideradas legítimas, mesmo que não atendam às aspirações da maioria da população (BEHRING, 2003).

Este modelo de democracia representativa desconhece a experiência corporativa dos conselhos enquanto espaços de confrontação dos interesses e de negociação de consensos entre atores da sociedade (BEHRING, 2003).

A ação da mudança social necessária ao desenvolvimento exige articulação, negociação, aceitação de diferenças e valorização da opinião em relação ao saber. Portanto, desenvolvimento é muito mais uma questão política que econômica, pois envolve a discussão e o consenso e possui estreitas ligações com o conceito de democracia (FRANCO, 2002; FURTADO, 1999).

Tais premissas somente serão possíveis com a presença de instituições democráticas amplas, fortes e estáveis. Com relação a tal condição, muitos autores relacionam como causa para o baixo desenvolvimento dos países da América Latina a fragilidade de suas instituições, tendo esta como causa a aceitação de um modelo econômico excludente, que se mostra incapaz de suprir as necessidades sociais (CASTELS, 1999; FLEURY, 2004).

Dessa forma, é possível observar ainda no século XXI na América Latina altos índices de exclusão e desigualdades, o que torna necessário criar mecanismos de integração social através do exercício da cidadania que respeite o pluralismo e a diversidade.

Infelizmente, nos países em desenvolvimento como os latinos americanos, ao contrário dos desenvolvidos, os direitos políticos antecederam os direitos civis, que ainda não estão garantidos, não formando, assim, Estados Cívicos, necessários ao enfrentamento coletivo dos problemas de desenvolvimento (FLEURY, 2004).

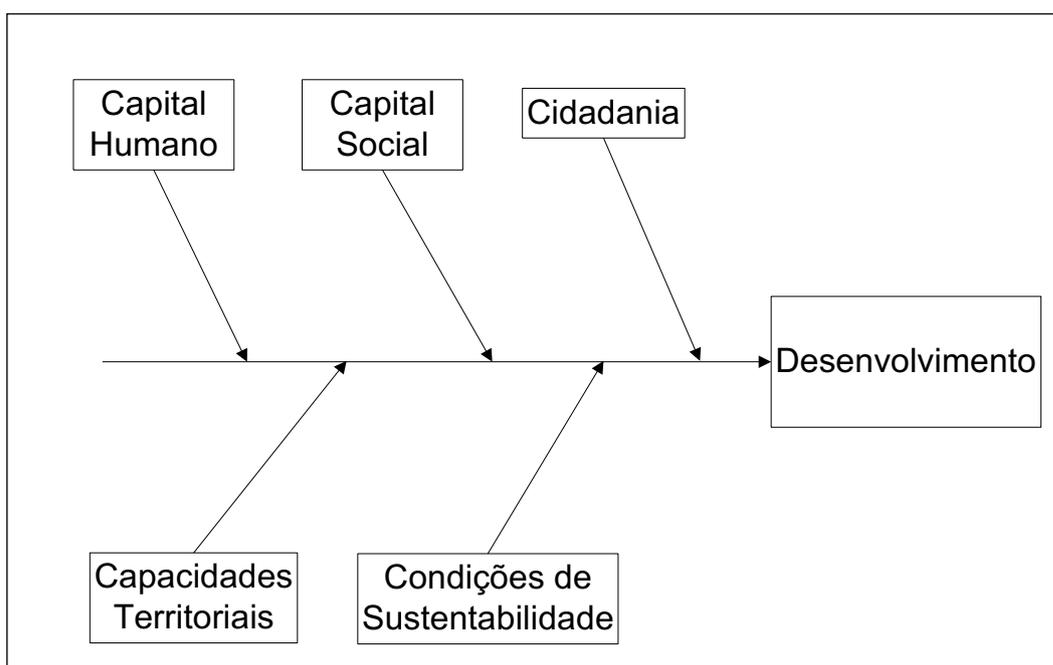
Dentro desse contexto, Passador (2006) identifica fatores atualmente decisivos, como o capital social, o capital humano, o conhecimento, a pesquisa e desenvolvimento, a

informação e as instituições, que devem ser determinados dentro da região e não de fora para dentro, como até então era entendido.

Logo, concluiu-se que a região dotada desses fatores, ou estrategicamente direcionada para desenvolvê-los internamente, teria melhores condições de atingir um crescimento acelerado e equilibrado (PASSADOR, 2006).

Conforme o Quadro 2, os componentes básicos que levam ao desenvolvimento são representados pela existência de Capital Social, de Capital Humano, de Capacidades Territoriais, de Cidadania e de Condições de Sustentabilidade:

Quadro 2 – Componentes do Desenvolvimento



Fonte: (NALLE JR, 2006)

Capital Humano

Passador (2006) destaca a preocupação corrente na década de 90, de se entender por que o nível de crescimento variava entre as regiões e nações, apesar de disporem das mesmas condições na busca de fatores produtivos, como capital financeiro, mão-de-obra ou tecnologia. A solução seria encontrar, entre esses fatores, aqueles determinados dentro da região.

Percebe-se então, que apesar de interessante, alcançar bons indicadores de crescimento econômico não é suficiente para gerar o desenvolvimento desejado e melhorar condições de vida da população. Nesse sentido, Amartya Sen (2000) defende um modo de desenvolvimento fruto de um processo de fortalecimento das liberdades individuais,

determinado pelos valores das pessoas envolvidas e, portanto, condicionado pelos fatores culturais da sociedade. A principal característica deste tipo de desenvolvimento está na expansão da capacidade humana em busca da melhoria de suas próprias condições de vida.

Para Zapata (2000), a ampliação do acesso à informação e ao conhecimento, através de processos educacionais contínuos, provoca mudanças de comportamentos, transformando as pessoas em agentes produtivos, atores sociais e sujeitos da sua existência. Tal entendimento faz do capital humano um dos pontos de partida para a transformação dos territórios.

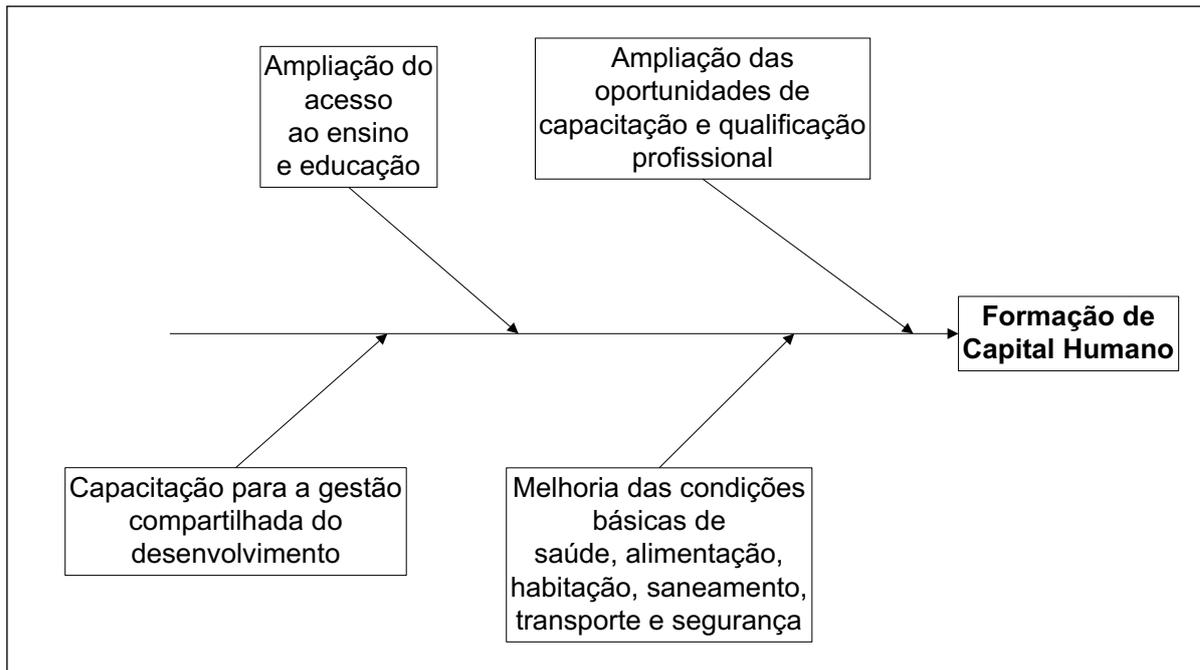
Sen (2000) relaciona capital humano à capacidade que temos individualmente de agir em prol do desenvolvimento, sendo capazes de assumir um determinado papel na sociedade e, através do conjunto de desempenhos individuais, cada um cumpra sua parte no todo, construa uma sociedade melhor para todos. Vale observar que o capital humano não está relacionado à capacidade de termos realizados os objetivos particulares, mas a capacidade de assumir determinadas responsabilidades dentro do todo.

Nesse sentido, quando se pensa em capital humano, percebe-se que os principais elementos que o compõem estão além do nível de escolaridade ou seu ajustamento aos processos de produção econômica. Ele se refere à capacidade de as pessoas fazerem coisas novas, de ampliarem sua capacidade de mobilização, buscando desenvolver atitudes e adquirirem conhecimentos úteis e necessários que permitam a busca pelo desenvolvimento da comunidade. Ele tem um papel importante como instrumento de mudança social, por esse motivo, pode-se dizer que o capital humano representa a capacidade do homem ser o construtor do próprio futuro (SEN, 2000).

Dessa forma, dada a importância do capital humano no contexto do desenvolvimento local, faz-se necessário indicar quais os mecanismos e táticas poderiam ser utilizados com o objetivo de estimular sua formação e crescimento, tanto em termos de volume, quanto em qualidade.

Nesse sentido, conforme pode ser acompanhado no quadro 3, a formação de capital humano capaz de executar as atividades produtivas, bem como de promover as mudanças sociais necessárias, dependerá diretamente da ocorrência da ampliação do acesso ao ensino e à educação, ampliação das oportunidades de capacitação e qualificação profissional, capacitação para gerar mudança social e também da melhoria das condições básicas de saúde, alimentação, habitação, saneamento, transporte e segurança.

Quadro 3 – Formação de Capital Humano



Fonte: (NALLE, 2006)

a) Ampliação do acesso ao ensino e à educação – necessidade básica quando pensamos em capital humano, a educação não pode ser entendida como o simples repasse de informações, mas deve imprimir nos indivíduos qualidades sociais e uma maior percepção da realidade.

b) Ampliação das oportunidades de capacitação e qualificação profissional – a ‘educação para a produção’, que responde por tornar as pessoas capazes de assumirem determinadas funções produtivas de acordo com as necessidades econômicas do local.

c) Capacitação para a gestão compartilhada do desenvolvimento – fomentar uma cultura associativista, que melhore a visão do coletivo e crie um comportamento para formação de redes e parcerias em busca do desenvolvimento.

d) Melhoria das condições básicas de saúde, alimentação, habitação, saneamento, transporte e segurança – refere-se à satisfação das necessidades básicas individuais, permitindo que, a partir desse ponto, as pessoas cresçam por meio da busca pela satisfação de necessidades mais elaboradas.

Capital Social

Um dos aspectos mais recentes dos estudos sobre o desenvolvimento está na inserção da concepção de “capital social”. Definido como o conjunto das características da organização social, que engloba as redes de relações entre indivíduos, suas normas de comportamento,

laços de confiança e obrigações mútuas, o capital social, quando existente em uma região, torna possível a tomada de ações colaborativas que resultem no benefício de toda a comunidade (PASSADOR, 2006).

Enquanto o capital humano está relacionado ao indivíduo, o capital social tem a ver com o ambiente social propício ao desenvolvimento. Criar um ambiente (social) favorável é formar capital social. Este capital refere-se aos laços de confiança, de compromisso, de vínculos de reciprocidade, cooperação e solidariedade, que são capazes de estimular normas, contatos sociais e iniciativas de pessoas para a potencialização do desenvolvimento humano e econômico, ou seja, os laços são muito mais resistentes que meros interesses materiais; sua força se encontra em sentimentos de fraternidade e reciprocidade (FRANCO, 2002; PASSADOR, 2006).

São observadas na literatura três vertentes sobre a relação entre Estado e capital social: As “anti-estatais, as “intermediárias” e as “estatistas”.

As “anti-estatais” seriam aquelas cuja existência de capital social depende do desmantelamento do Estado, substituindo sua ação pelas ações da sociedade civil organizada. (CASTILHOS, 2002; ORTOLANI, 2005).

As intermediárias acreditam na organização e na articulação da sociedade como não dependentes do Estado, porém, o Estado poderia funcionar como indutor de capital social. Representando esta linha está Putnam (2000), defensor de um papel mais participativo e fiscalizador dos cidadãos nos assuntos do Estado. (CASTILHOS, 2002; ORTOLANI, 2005; PASSADOR 2006).

E em oposição teórica ao primeiro grupo, os representantes de visão estadista, liderados por Evans (1995) acreditam que o Estado deve passar de mero regulador das relações sociais para a posição de ativo mobilizador social e principal indutor de capital social (CASTILHOS, 2002; ORTOLANI, 2005; PASSADOR 2006).

A necessidade da existência de capital social para consolidar o desenvolvimento ganha visibilidade a partir dos estudos de Putnam (2000) sobre as origens do desenvolvimento da região norte da Itália. Ele identifica, como causas do melhor desempenho das regiões ao norte da Itália, os elevados níveis de associativismo, de cooperação e de capacidade de formar redes e acordos de naturezas diversas. O grau de confiança que existe entre os indivíduos, as normas de comportamento e os sentimentos de reciprocidade contribuem para a sensação de bem estar geral e, portanto, para a questão do desenvolvimento. Tal percepção é que permite o estabelecimento da relação entre cidadania e desenvolvimento (PUTNAM, 2000).

Apesar de imperceptível para a grande maioria das pessoas, o capital social está presente no cotidiano de todos, em maior ou menor grau, pois é constituído de forças que estão acima dos interesses materiais e fazem duas ou mais pessoas se unirem em torno de um objetivo comum.

Conforme Evans (1995), os componentes que formam o capital social, entre os quais estão o engajamento cívico, a integração social e as normas de confiança, podem ser promovidos pelas esferas governamentais e, inclusive, podem ser utilizados com vistas ao desenvolvimento.

Por meio do capital social, a sociedade tem a capacidade de identificar suas necessidades coletivas e estabelecer conjuntamente seus objetivos. Seus integrantes não agem independentemente, cooperam na busca dos objetivos comuns e seu comportamento nem sempre é estritamente egoísta, o que permite aos cidadãos serem protagonistas de seu próprio desenvolvimento (ABRAMOVAY, 2000).

Isto confirma a necessidade e a importância como o capital social se apresenta nos novos conceitos de desenvolvimento local (KLIKSBURG, 1997). A capacidade de a sociedade liderar e conduzir o seu próprio desenvolvimento regional, condicionando-o à mobilização dos fatores produtivos disponíveis em sua área e ao seu potencial interno, configura o desenvolvimento denominado endógeno. Identificam-se duas dimensões nessa forma de desenvolvimento: a primeira, econômica, na qual, a sociedade empresarial local utiliza sua capacidade para organizar, da melhor maneira possível, os fatores produtivos da região; a segunda, sócio-cultural, cujos valores e instituições locais servem de base para o desenvolvimento da região (PASSADOR, 2006; VASQUEZ BARQUERO, 1988).

Em resumo, o capital social se relaciona à capacidade das pessoas de uma sociedade em privilegiar os interesses do grupo em detrimento dos individuais, implementar o trabalho conjunto com o objetivo de alcançar metas comuns, organizar-se e associar-se, compartilhar valores, normas e gestão das organizações comunitárias. Tais características denotam uma série de relações estáveis e duradouras estabelecidas entre as pessoas e os diversos grupos formados dentro do território, podendo ser consideradas como o principal agente de modernização e transformação sócio-econômica em uma região, propiciando um nível ótimo de desenvolvimento social para a comunidade (FRANCO, 2002).

Dentro desse conceito, o aspecto da confiança é visto como o facilitador da vida social ao gerar e potencializar os recursos econômicos. Dessa forma, a confiança é alcançada a partir do conhecimento mútuo entre os membros da comunidade e da tradição de ação comunitária.

Para Coleman (1994), existe uma complementação entre capital físico-econômico

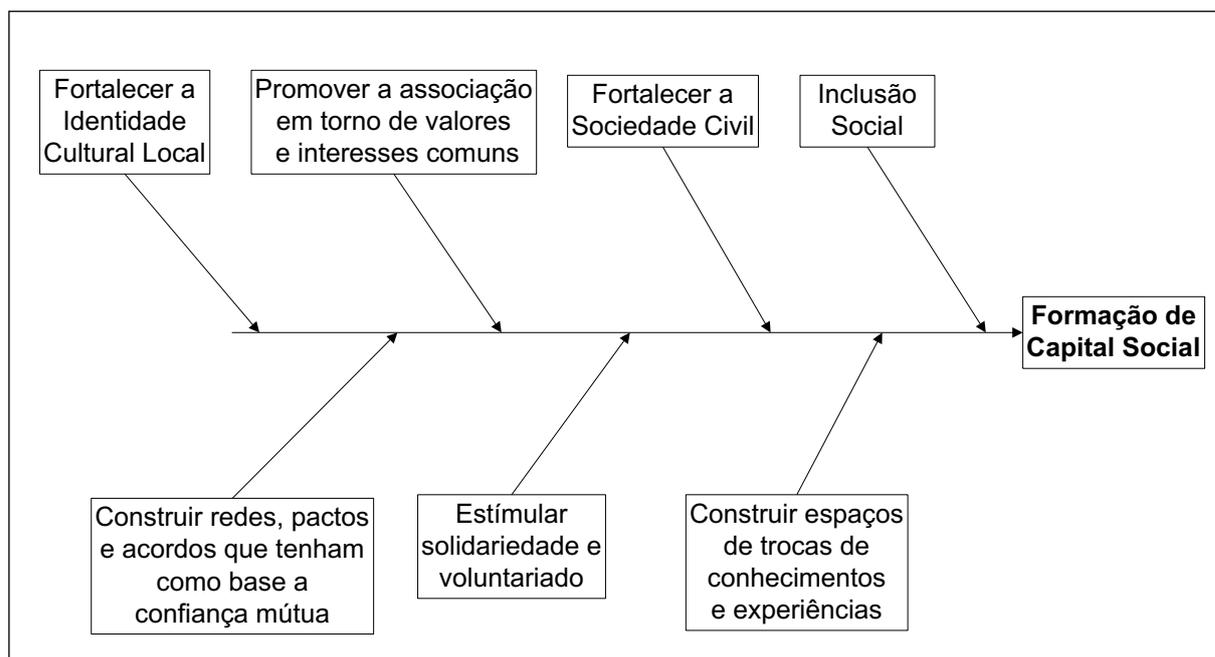
(insumos, infra-estrutura e financiamento), capital humano (educação e preparação técnica) e capital social (relações de confiança). A otimização do capital físico-econômico e do capital humano é atingida na medida em que as relações de confiança e reciprocidade aumentam na comunidade.

Temos, ainda, a visão de Melo Neto e Fróes (1999) sobre capital social que pode ser definido pelo acúmulo de experiências participativas e organizacionais ocorridas na base de uma comunidade e que reforçam os laços entre as pessoas, grupos e instituições; sendo necessária a existência de seis fatores na base para a construção do capital social: participação social, organização, solidariedade social, iniciativa, cooperação e confiança.

Dentro dessa amplitude, o conceito de capital social integra aspectos inter-relacionados, como: a reciprocidade, as redes sociais, desenvolvimento social, cooperação e governabilidade (ABU-EL-HAJ, 1999).

Observando o Quadro 5 – Formação do Capital Social, tem-se uma visão mais ampla do formar capital social a partir do referencial apresentado.

Quadro 5 – Formação de Capital Social



Fonte: (NALLE JR, 2006).

O volume e a qualidade de capital social disponível no local estão diretamente relacionados à habilidade e capacidade de formarem alianças para o desenvolvimento. Tal capacidade é uma tarefa política indispensável para o desenvolvimento, pois as transformações necessárias acontecem a partir das relações estabelecidas entre as organizações da sociedade (RODRÍGUEZ, 2005).

Territorialidade

Em vista dos elementos apresentados, percebe-se, na horizontalidade dos processos e empoderamento dos atores sociais, condições necessárias para que o desenvolvimento possa ser sustentável.

Nessa linha, passa-se a pensar na idéia de desenvolvimento local, ou seja, na regionalização das políticas sociais, na qual, a função do governo não é mais a de resolver os problemas da população, mas estimular e incentivar as comunidades a se mobilizarem para que elas desenvolvam suas potencialidades e vocações e, a partir daí, resolvam os seus problemas.

Esse motivo nos leva a crer que o país necessita de organizações intermediárias que estejam além dos limites municipais, mas inferiores aos próprios Estados, que possibilitem a construção conjunta de projetos estratégicos e ao alcance da real participação dos grupos sociais participantes (BEDUSCHI FILHO; ABRAMOVAY, 2003).

Dessa forma, a discussão sobre desenvolvimento incorpora também os conceitos de localidade e territorialidade. A questão da territorialidade no Brasil, até hoje, limitou-se a servir de base à redistribuição de recursos para as localidades em função de desequilíbrios existentes entre as regiões e promoção de incentivos à atividade econômica de grandes empreendimentos.

Percebe-se, a partir da visão de Beduschi Filho e Abramovay (2003), que o conceito de território vai muito além do aspecto meramente espacial e geográfico, envolvendo características da sociedade que se assenta sobre um determinado espaço físico, envolvendo a própria identidade dos indivíduos e dos grupos sociais.

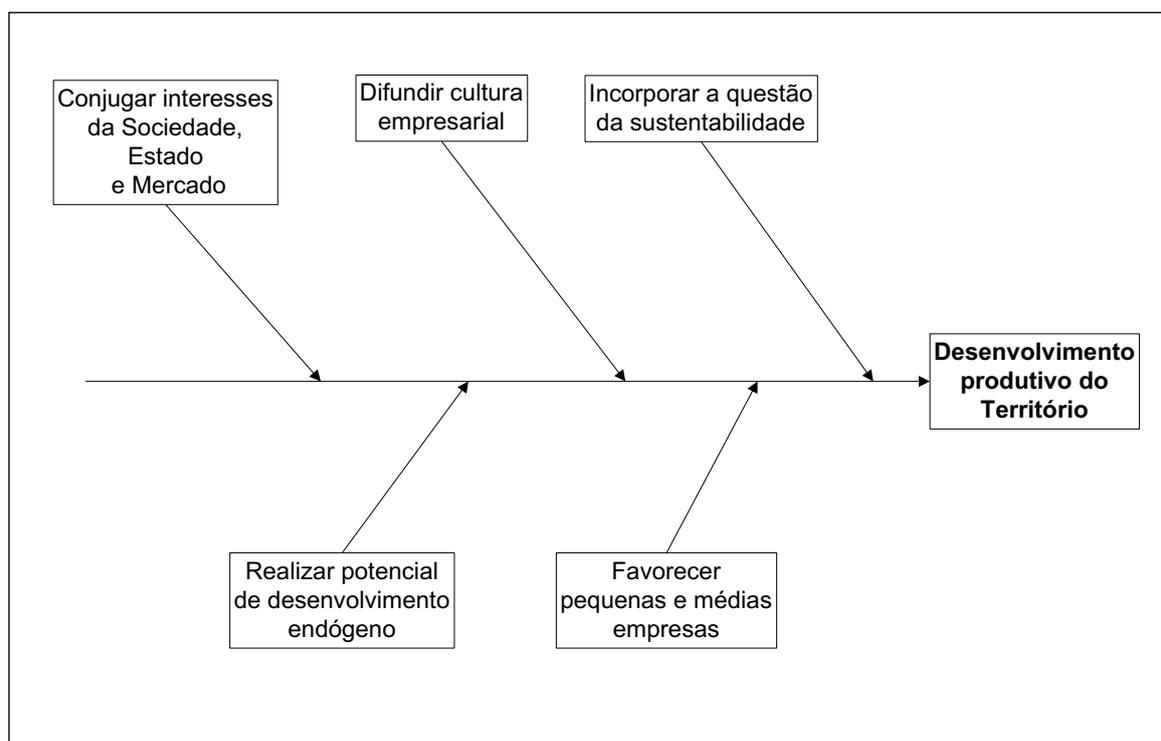
O território é um complexo sistema multidimensional cuja interconexão entre suas várias dimensões conduz à definição de múltiplas referências a serem utilizadas em termos de planejamento e gestão do desenvolvimento. Ao conceber o território como unidade de planejamento e gestão do desenvolvimento, abre-se a possibilidade de visualizar as complexas demandas dos assentamentos humanos mediante políticas e estratégias que trabalhem adequadamente os recursos econômicos, culturais e ambientais que fomentam a integridade do território (RODRÍGUEZ, 2005).

Para tanto, é necessário desenvolver o que chamamos de capacidades territoriais, que seriam as qualidades necessárias para que o território funcione como catalisador das demais variáveis, auxiliando, dessa forma, no processo de desenvolvimento.

Dentre as várias capacidades territoriais, destacamos como fundamentalmente importantes para o desenvolvimento, os seguintes itens, que podem ser acompanhados no Quadro 6:

- a) Conjugação dos interesses da Sociedade, do Estado e do Mercado entre os participantes deste território;
- b) Difusão de uma cultura empresarial, importante para o desenvolvimento das atividades produtivas locais, principalmente para os pequenos empresários e empreendimentos sociais (associações e cooperativas);
- c) Incorporação da questão da sustentabilidade nas operações produtivas, buscando as melhores alternativas de longo prazo e que venham de encontro aos interesses das gerações futuras, garantindo tanto a sustentabilidade ambiental como social;
- d) Realização do potencial de desenvolvimento endógeno, impulsionando a utilização de capacidades latentes e ainda não exploradas, principalmente por meio de arranjos produtivos baseados no território e,
- e) Favorecimento das médias e pequenas empresas adotando critérios de rentabilidade social e de geração e emprego para a concessão de benefícios.

Quadro 6 – Formação de Capacidades Territoriais



Fonte: (NALLE JR, 2006).

Nesse sentido, a existência de determinadas variáveis, como podemos observar no modelo de causa e efeito apresentado no Quadro 6, tornam-se necessárias para se atingir tais capacidades territoriais. Os territórios devem, portanto, ser delimitados e organizados a fim de favorecer seu desenvolvimento produtivo, por meio da existência de tais capacidades territoriais.

Cidadania

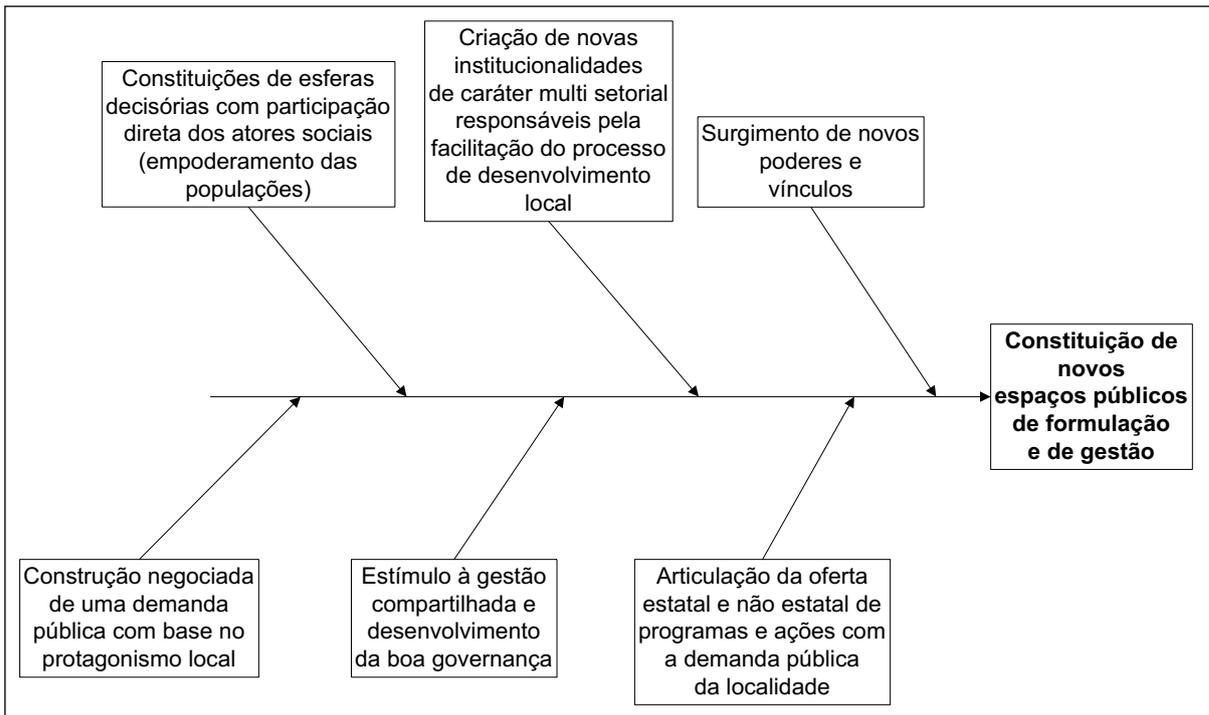
A participação é um instrumento fundamental no sentido de promover a articulação entre os atores sociais, com o fortalecimento da coesão da comunidade e com a melhoria da qualidade das decisões, tornando mais fácil atingir objetivos comuns (SOUZA, 1999).

Por outro lado, é importante destacar que a participação supõe um processo em que a sociedade civil e política trabalhem a tomada de decisão em conjunto. Assim, sua estrutura consiste na relação estável desses elementos (BUARQUE, 2001).

Cabe ressaltar que os métodos participativos não podem ser vistos como infalíveis e capazes de solucionar adequadamente todos os tipos problemas. Quando um indivíduo não consegue satisfazer suas necessidades em sua própria comunidade, restam-lhe algumas opções, como reunir os amigos próximos e vizinhos e debater o problema para buscar, em conjunto, uma solução, ou esperar até que o governo venha suprir a necessidade (SOUZA, 1999).

Os processos participativos são aqueles que promovem a atuação do indivíduo em todos os sentidos, depositando sua própria condição de vitalidade e não naqueles em que apenas se assegura a oportunidade da participação. Isto quer dizer que devemos acreditar muito mais nas pessoas do que estamos acostumados, possibilitando e condicionando sua participação qualitativa e não apenas quantitativa (CASTILHOS, 2002; MARTINS, 2004; SINGER, 2002).

Quadro 7 – Formação de Cidadania



Fonte: (NALLE JR, 2006).

A sustentabilidade

O caráter da sustentabilidade associa-se à discussão sobre desenvolvimento, pois se percebe que é importante vincular ao tema do desenvolvimento econômico a questão do meio ambiente (VEIGA, 2006).

A idéia de desenvolvimento sustentável está focada na necessidade de promover o desenvolvimento econômico satisfazendo os interesses da geração presente, sem, contudo, comprometer a geração futura (COMISSÃO, 1991).

Ainda no início dos anos 1990, sem que se tivesse assimilado totalmente os conceitos de desenvolvimento humano propostos pela ONU, foi lançado o conceito de desenvolvimento sustentável, o qual desejava que o processo de desenvolvimento ocorresse sem que se prejudicasse o meio-ambiente (VEIGA, 2005b, 2006).

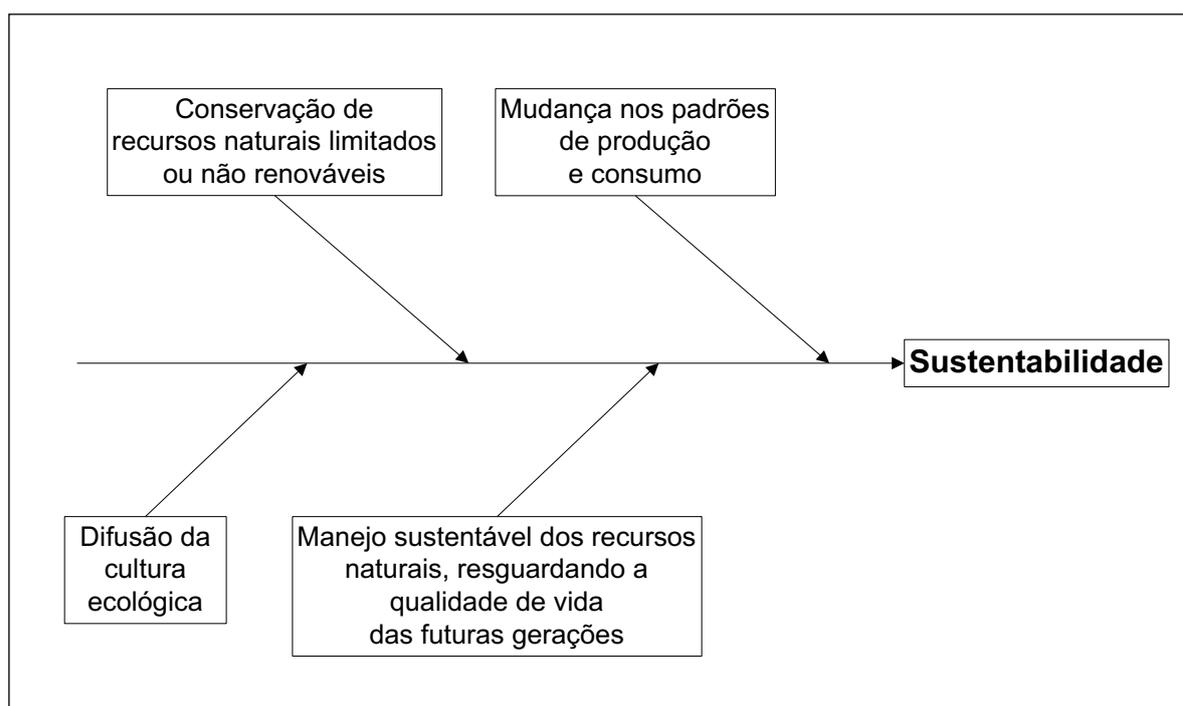
A preocupação com a saúde do meio-ambiente, documentada na Agenda 21, firmada na Rio-92, deixa claro que é necessário que o desenvolvimento desejado deve ser aquele alcançado sem comprometer a sobrevivência das próximas gerações, através da utilização responsável dos recursos naturais disponíveis, mantendo-se, dessa forma, a capacidade produtiva e de produzir bem estar para as gerações futuras.

É importante compreender que a evolução da sociedade e da economia só ocorre via transformação do mundo natural, que é adaptado às necessidades humanas. O

desenvolvimento sustentável, dessa forma, não pode ser encarado simplesmente como um processo que consiga manter-se por longo prazo, racionando os estoques de recursos naturais, mas que, efetivamente, busque as transformações necessárias à vida humana, sem que se comprometa a existência do meio ambiente no futuro.

Para alguns autores, a questão da sustentabilidade não deve se limitar somente à questão ecológica, ambiental, muito mais que isso, as sociedades devem procurar manter nos territórios um padrão de organização, um sistema que possua a capacidade de se auto-organizar, de se reproduzir e de autocriar as condições para sua continuidade. A sustentabilidade deve passar por todas as dimensões da vida humana, e não somente a ambiental. Ou seja, o desenvolvimento sustentável deve conferir às comunidades características de organizações em rede, dotadas de qualidades, como interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade (FRANCO, 2002).

Quadro 8 – Formação de condições de Sustentabilidade



Fonte: (NALLE JR, 2006).

Considerações Finais

Partindo dos pressupostos da relevância da formação e do desenvolvimento do capital humano e do capital social nas localidades, pode-se considerar que os processos de organização social e relações cívicas constituem a pedra angular dos processos de desenvolvimento, que almejam crescimento equilibrado e sustentado (PASSADOR, 2006).

O caráter endógeno do desenvolvimento local sugere que os fatores que estabelecem o progresso estão enraizados na própria região. Todas as potencialidades existentes, naturais, humanas ou sociais, devem constituir a base do processo de mudança. Somente dessa forma, ou seja, sustentando-se na cultura regional, é possível motivar os agentes locais, introduzir novos conceitos e incorporar inovações sem entrar em conflito direto com a base sócio-cultural da região (FRANCO, 2002; MORIN, 2001; VÁZQUEZ BARQUERO, 1988).

A cultura regional, desta forma, insere-se como um elemento-chave nesta abordagem do desenvolvimento. Os valores construídos a partir da evolução social de cada espaço regional delimitam a trajetória de crescimento de cada região (PASSADOR, 2006).

É necessário, portanto, que experiências de desenvolvimento tenham caráter regional em que seja perceptível a existência de uma identidade, um fator de coesão do tecido social (FRANCO, 2002).

O desenvolvimento local deve vir da base da sociedade. As decisões que afetarão a vida de toda a comunidade não devem ser originadas nos meios restritos dos governantes ou elites econômicas, mas, sim, oriundas da sociedade civil a partir de um processo de construção coletiva. Esse processo cria um potencial para que o efeito econômico dessas experiências chegue à esfera política e produza um ciclo de crescimento que contrarie as lógicas de exclusão social (SACHS, 2004; SOUZA, 1999; VEIGA, 2005a).

Desenvolvimento local nada mais é do que a articulação de vários atores sociais, culturais, políticos, econômicos, públicos ou privados, existentes em um território, que, juntos, trabalham na construção de um planejamento estratégico que oriente suas ações a longo prazo. Portanto, não se trata apenas de políticas públicas, mas de uma nova cultura de ações voltadas para a construção de um objetivo em comum (PECI, 1999; VEIGA 2001).

Dessa forma, esta nova visão sobre desenvolvimento, ao incorporar os conceitos de capital humano, capital social, territorialidade, cidadania e sustentabilidade, consiste em uma forma de desenvolvimento focada nas comunidades, capazes de suprir suas necessidades imediatas, diagnosticar e incentivar suas vocações locais e fomentar o intercâmbio, tendo em vista suas próprias vocações, forma essa que induz a sociedade ao desenvolvimento por meio da participação popular e mobilização dos recursos da sociedade civil em parceria com o Estado e o mercado.

Diante do exposto, percebe-se que esta visão do desenvolvimento torna-se, então, um dos caminhos possíveis para o desenvolvimento em comunidades que vivem hoje em localidades pobres do interior do Brasil e de outros países. E por ser totalmente dependente da

participação da sociedade civil é necessário que a população assuma sua condição de cidadãos e participem ativamente da construção do futuro de suas comunidades.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. et al. Mercados do empreendedorismo de pequeno porte no Brasil. Brasília: CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, mar-2003.

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Revista de Economia Aplicada**. v. 4, n.2, abr.-jun. 2000.

ABREU, M. P. et al. **A ordem do progresso: Cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. 16 tiragem. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

ABU-EL-HAJ, J. **A mobilização do capital social no Brasil: o caso da reforma sanitária no Ceará**. São Paulo: Annablume, 1999. 234 p.

AMADEO; E. J. (ed.). **John M. Keynes: cinquenta anos da teoria geral**. 2 ed. Rio de Janeiro: IPEA, 1992.

ANDION, C. Análise de redes e desenvolvimento local sustentável. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. v. 37, n. 5, set.-out. 2003.

BEDUSCHI FILHO, L. C.; ABRAMOVAY, R. **Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41., 2003, Juiz de Fora: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2003. p. 25.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BODSTEIN, R.; ZANCAN, L. **Avaliação das ações de promoção da saúde em contextos de pobreza e vulnerabilidade social**. In. L. Zancan; R. Bodstein; W. B. Marcondes (orgs.). Promoção da saúde como caminho para o desenvolvimento local: a experiência em Manguinhos. Rio de Janeiro: Abrasco, 2002.

BRESSER PEREIRA, L. C. Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um novo estado. In: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (org). **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BROSE, M. **Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local**: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

BUARQUE, C. **Admirável mundo atual**. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617 p.

CASTILHOS, D. S. B. **Capital social e políticas públicas**: um estudo da linha infra-estrutura e serviços aos municípios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. 2002. 172 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

CHICK, V. **Macroeconomia após Keynes**: um reexame da teoria geral. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993. 416 p.

COLEMAN, J. **Foundations of Social Theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1994.

COMISSÃO Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.

DRAIBE, S. M. Uma nova institucionalidade das políticas sociais?: reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas dos programas sociais. **Revista São Paulo em perspectiva**. São Paulo, v.11, n.4, p. 3-15, 1997.

DUPAS, G. A lógica da economia global e a exclusão social. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, v.12, n.34, p. 121-159, set/out 1998.

DUPAS, G. **Economia global e exclusão social**: pobreza, emprego, Estado e o futuro do Capitalismo. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. 257 p.

EVANS, P. **Embedded autonomy**: states and industrial transformation. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FAORO, R. A questão nacional: a modernização. **Estudos Avançados**. v. 6, n. 14, p. 7-22, abr. 1992.

FISCHER, T. (org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002. 341 p.

FLEURY, S. Construcción de ciudadanía en entornos de desigualdad. **Revista Instituciones y Desarrollo**. Barcelona, n. 16, p. 133-170, 2004.

FRANCO, A. **Pobreza e desenvolvimento local**. Brasília: AED – Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, C. **O longo amanhecer**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.

GALVÃO, O. J. A. Federalismo desigual, políticas cafeeiras e equilíbrio espacial paretiano. **Revista Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 3, p. 47-77, jul-dez 1999.

GOMIDE, D. (org.). **Governo e sociedade civil**: um debate sobre espaços públicos e democráticos. São Paulo: Editora Peirópolis / ABONG, 2003. 95 p.

GRACIARENA, J. Poder e estilos de desenvolvimento: uma perspectiva heterodoxa. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). **Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 685-713.

HEADY, F. **Administração Pública**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1970.

HOLANDA, M. C. et al. Inclusão social no Ceará: uma proposta metodológica. Texto para discussão n. 4. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, SEPLAN – Secretaria do Planejamento e Coordenação, IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, Jun-2003.

JACOBI, P. **Políticas sociais e ampliações da cidadania**. São Paulo: FGV, 2000. 152 p.

KERSTENETZKY, C. L. Desigualdade e pobreza: lições de Sen. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 15, n. 42, fev-2000.

KLIKSBERG, B. **O desafio da exclusão: para uma gestão social eficiente.** Tradução Giselda Barroso G. A. Sauveur (coord.); Marco Aurélio Nogueira; Alberto Aggio; Equipe RAP. São Paulo: FUNDAP, 1997. 209 p.

MARCELINO, G. F. Em busca da flexibilidade do Estado: o desafio das reformas planejadas no Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 3., 1998, Madrid. **Anais do III Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública.** Madrid: Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo, 1998. p. 19.

MARTINELLI, D. P.; JOYAL, A. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas.** Barueri: Manole, 2004. 314 p.

MARTINS, H. F. Introdução ao governo matricial: o problema da fragmentação. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 9., 2004, Madrid. **Anais do IX Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública.** Madrid: Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo, 2004. p. 18.

MARTINS, L. **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós 64.** São Paulo: Paz e Terra, 1985.

MELO NETO, F. P.; FROES, C. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

MILGATE, M. S. e Keynes sobre as possibilidades econômicas do capitalismo. In: AMADEO, Edward. **John M. Keynes: cinquenta anos da Teoria Geral.** 2 ed. Rio de Janeiro: IPEA, 1992. p. 63-85.

MORIN, E. **Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar.** 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

MOURA, M. S. et al. Gestão do desenvolvimento local, tempos e ritmos de construção: o que sinalizam as práticas. **Revista de Administração Pública.** Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, p. 609-626, jul-ago. 2002.

NALLE JR, C. **Desenvolvimento regional e políticas públicas**: o caso do Projeto Amanhã da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba. 2006. 201 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, mai-ago 2002.

ORTOLANI, F. **Políticas públicas e capital social**: o caso dos minidistritos industriais e de serviços de São José do Rio Preto. 2005. 122 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

PASSADOR, C. S. **A educação rural no Brasil: o caso da escola do campo do Paraná**. São Paulo: Annablume, 2006.

PASSADOR, C. S. **O projeto escola do campo (1990-2002) do estado do Paraná**: capital social, redes e agricultura familiar nas políticas públicas. 2003. 176 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

PECI, A. Pensar e agir em rede: implicações na gestão de políticas públicas. **Revista de Administração**, São Paulo, 1999.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Desenvolvimento Humano e IDH**. Produzido pela Organização das Nações Unidas. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh>>. Acesso em 20 mar. 2006.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

RODRÍGUEZ, M. P. **Gestão social do território**: Experiências no Estado do Maranhão. Brasília: IICA, 2005

SACHS, I. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 174 p.

SANTOS, W. G. dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. 2 ed. São Paulo: Paulus, 1987.

SARAVIA, E. **A nova administração para o desenvolvimento**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 9., 2004, Madrid. **Anais do IX Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**. Madrid: Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo, 2004. p. 10.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. 127 p.

SOUZA, M. L. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. **Desarrollo local: Una estrategia de creación de empleo**. Madrid: Pirámide, 1988.

VEIGA, J. E. **Meio ambiente e desenvolvimento**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006. 181 p.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005a. 226 p.

VEIGA, J. E. **Do global ao local**. Campinas: Armazém do Ipê, 2005b. 120 p.

VEIGA, J. E. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, set-dez. 2001.

WOLFE, M. Abordagens do desenvolvimento: de quem e para quê? In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 715-759.

ZAPATA, T. et al. Desenvolvimento local: estratégias e fundamentos metodológicos. In: SILVEIRA, C.; REIS, L. C. (org.). **Desenvolvimento local: dinâmicas e estratégias** Rio de Janeiro: Ritz, 2001, p. 115-128.